



Compras Públicas e Desenvolvimento

a trajetória da Estratégia Nacional de
Contratações Públicas para o
Desenvolvimento Nacional Sustentável

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



O POTENCIAL SUB-APROVEITADO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

As contratações públicas no Brasil historicamente foram pautadas pelo formalismo jurídico e o critério do “menor preço a qualquer custo”, **desperdiçando** o poder de compra do Estado como instrumento de desenvolvimento.

- A **Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP)** reposiciona as compras públicas como instrumento central de desenvolvimento nacional sustentável
- **Novo paradigma:** o uso estratégico e coordenado das compras públicas para
 - estimular a produção e a inovação nacional,
 - promover a geração de emprego e a inclusão social,
 - fortalecer pequenas e médias empresas, e
 - impulsionar a transformação ecológica e digital do país.

CONTEXTO OPORTUNO PARA A AGENDA



Momento político nacional e internacional favorável

Oportunidade para o Estado brasileiro orientar sua força econômica para garantia da soberania produtiva e tecnológica do País.



Reindustrialização brasileira

Utilizar poder de compra para o fortalecimento da indústria nacional e adensamento das cadeias produtivas.



Protagonismo internacional da sustentabilidade

Reforça liderança do Brasil em Compras Públicas Sustentáveis, especialmente no contexto da COP 30.

O USO DO PODER DE COMPRAS DO ESTADO HOJE



Plano de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)

- Fomento à agricultura familiar e promoção da segurança alimentar e nutricional
- Pnae: R\$ 1,6 bi destinados à agricultura familiar (2022)



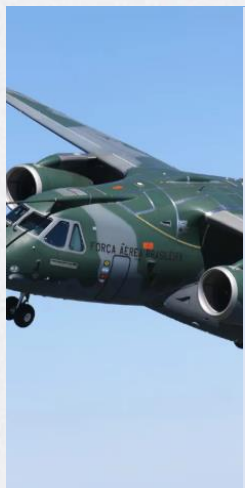
Complexo Econômico-Industrial da Saúde

- Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP)
- Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL)
- Vacina Astrazeneca



Política de conteúdo local da Agência Nacional de Petróleo

- Exigência de utilização de bens e serviços nacionais nos projetos de exploração e produção de petróleo e gás
- Implementação e fiscalização pelo CNPE e pela ANP



Política Nacional de Defesa

- Compras públicas de defesa
- Empresas Estratégicas de Defesa
- Produtos Estratégicos de Defesa (ex.: KC-390)



Contrata+Brasil

- Conexão entre compradores públicos e fornecedores
- Plataforma lançada em fevereiro de 2025
- Já 935 órgãos e quase 6 mil MEIs cadastrados, com 5,3 milhões de reais contratados



Margens de Preferência

- Cobertura de 55% dos bens comprados pelo Executivo Federal
- Inclui ônibus, equipamento metroferroviário, sistemas fotovoltaicos, linha amarela, medicamentos, equipamento de TIC e equipamentos médicos

INSTÂNCIAS DECISÓRIAS E DE ARTICULAÇÃO

Comissão Interministerial de Compras Públicas (CICS)



Objetivos:

- Articular compras públicas com outras políticas
- Estimular a inovação e a indústria nacional
- Estabelecer padrões de sustentabilidade e melhorar a qualidade das compras públicas no Brasil

Decisões:

- Regumentação de instrumentos de contratações públicas, como margens de Preferência, offsets, critérios sociais e ambientais aplicados às compras

Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Novo PAC (CIIA-PAC)



Serve como elo entre as políticas de investimento e industrial do Governo Federal, direcionando, por meio das compras públicas, demanda aos setores produtivos definidos como estratégicos tanto pelo Novo PAC quanto pela NIB.

EVIDÊNCIAS PARA INFORMAR A TOMADA DE DECISÃO

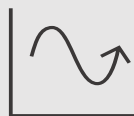
Modelo de Análise de Impacto Regional Socioeconômico e Ambiental (MIRA)



Ferramenta de apoio à decisão de políticas públicas com base em evidências

Simulações do impacto das políticas em nível regional:

- Geração de Emprego
- Produção Industrial
- Crescimento do PIB
- Emissões de Carbono
- Uso de água



Observatório de Contratações Públicas



Dados e análises sobre os processos de aquisição de bens, serviços e obras por parte do Estado

Sinalização ao mercado e mais transparência à sociedade sobre contratações públicas



LINHA DO TEMPO DA ENCP



PRÓXIMOS PASSOS

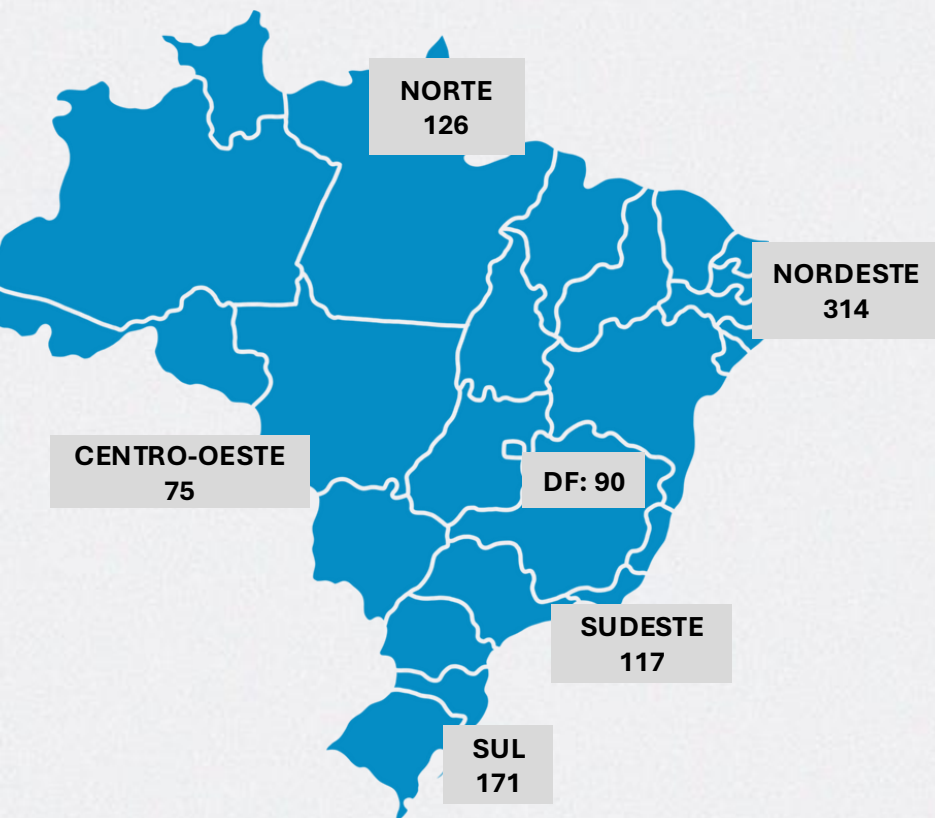


PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA ENCP

**893 participantes
em 16 oficinas regionais**

Forma colaborativa, participativa e baseada em evidências

Diálogo com **sociedade civil**, **setor privado**, representantes de **Estados e Municípios**, **órgãos de controle**, **procuradorias** e **Academia**.



Órgãos e entidades participantes de oficinas setoriais

CC	MDR	AGU
MF	MD	CGU
MDIC	MMA	TCU
MRE	MS	CNI
MCTI	MDS	CONSAD
MTE	BNDES	outros
MEMP	FINEP	

165 participantes


DIRETRIZES E OBJETIVOS DA ENCP

DIRETRIZ SOCIAL

Promover contratações públicas inclusivas e equitativas que gerem impacto social positivo e inclusão socioeconômica



ECONOMIA DE IMPACTO E INOVAÇÃO SOCIAL



EQUIDADE E INCLUSÃO



SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

DIRETRIZ AMBIENTAL

Reduzir o impacto ambiental negativo das contratações públicas



REGENERAÇÃO, ECONOMIA CIRCULAR E TECNOLOGIA LIMPA



MITIGAÇÃO, ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA



SOLUÇÕES DA BIOINDÚSTRIA E BIOECONOMIA

DIRETRIZ ECONÔMICA


Incentivar a produção e a inovação nacional para fortalecer o desenvolvimento regional, tecnológico e a soberania produtiva do país



INVESTIMENTOS PARA SETORES ESTRATÉGICOS



PREFERÊNCIA A PRODUTOS E SERVIÇOS NACIONAIS



ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO



REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



DIVERSIFICAÇÃO DE FORNECEDORES

DIRETRIZ GESTÃO

Fortalecer e ampliar as capacidades estatais nas contratações públicas



ARTICULAÇÃO FEDERATIVA E INTERSETORIAL



SOLUÇÕES INOVADORAS



GOVERNANÇA, EFICIÊNCIA E INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA



DADOS SOBRE COMPRAS PÚBLICAS



DIGITALIZAÇÃO E AUTOMAÇÃO DE ETAPAS DE LICITAÇÕES



CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES



DIÁLOGO COM O MERCADO

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA COP30



Plano de Aceleração de Solução - PAS

O PAS é organizado em **dois eixos**:

- 1.Compra pública sustentável como política abrangente aplicada a setores de alto impacto** (alimentação, saúde, transporte, construção civil e tecnologia da informação);
- 2.Compras públicas verdes (GPP) de materiais de baixa emissão em setores de difícil descarbonização**, com destaque para cimento, concreto e aço.

E será implementado por meio de **quatro estratégias**:

- 1.Profissionalização e capacitação** de agentes de contratações;
- 2.Incorporação da lógica de “valor holístico”** em substituição à lógica exclusiva do menor preço em compras públicas;
- 3.Colaboração multissetorial:** parcerias entre governos, setor privado e sociedade civil para alinhar incentivos de mercado e remover barreiras às compras sustentáveis;
- 4.Evidências, monitoramento e accountability:** adoção de sistemas para medir e reportar resultados na área.



CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA COP30



Declaração de Belém para a Contratação Pública Sustentável

Compromissos dos países signatários:

- **Integrar critérios de sustentabilidade** nas políticas e práticas de contratação pública;
- **Ampliar a contratação pública sustentável**, incorporando progressivamente mais categorias de gasto público e **fortalecendo mercados locais** para tecnologias emergentes, com **ênfase em setores de alto impacto**;
- Promover um compromisso inclusivo para garantir que **vozes, perspectivas e comunidades diversas participem ativamente** na criação de soluções de sustentabilidade equitativas e eficazes;
- **Colaborar** entre fronteiras e jurisdições para compartilhar conhecimentos, ferramentas e experiências, a fim de fortalecer a capacidade institucional para avançar na agenda de CPS e acompanhar seus impactos.

Países que já manifestaram sua intenção de aderir à declaração:

- Brasil
- Canadá
- Colômbia
- México
- Noruega
- Países Baixos



DIRETRIZ ECONÔMICA

incentivar a produção e a inovação nacional para fortalecer o desenvolvimento regional e tecnológico e a soberania produtiva do País;

Objetivos:

- a) incentivar a realização de investimentos estratégicos para a soberania produtiva e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico, o adensamento produtivo e a geração de emprego e renda;
- b) promover a redução de desigualdades regionais e a desconcentração de renda; e
- c) ampliar o acesso de microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, negócios locais e negócios de impacto às contratações públicas;

DIRETRIZ SOCIAL

incentivar a realização de contratações públicas inclusivas e equitativas que promovam o trabalho decente e a inclusão socioeconômica

Objetivos:

- a) incentivar a economia de impacto e promover a inovação social;
- b) promover a adoção de práticas de equidade e inclusão nas contratações públicas, com vistas a ampliar a representatividade racial, de gênero e social da base de fornecedores; e
- c) promover a responsabilidade social e o trabalho decente nas contratações públicas;

DIRETRIZ AMBIENTAL

mitigar o impacto ambiental negativo das contratações públicas e incentivar soluções convergentes com a agenda ambiental;

Objetivos:

- a) promover contratações públicas sustentáveis que priorizem a regeneração do meio ambiente, a economia circular e a inovação em tecnologias limpas;
- b) incorporar critérios de mitigação, adaptação e resiliência climáticas às contratações públicas, com vistas à sua adequação às políticas de clima e de gestão ambiental e territorial; e
- c) incentivar a contratação pública de soluções da bioindústria e da bioeconomia, com vistas à promoção do uso sustentável dos recursos da natureza, da rastreabilidade ambiental e da inovação biotecnológica;

DIRETRIZ GESTÃO

fortalecer e ampliar as capacidades estatais para o uso estratégico do poder de compra do Estado

Objetivos:

- a) promover a articulação dos entes federativos e entre políticas públicas federais para tornar o uso do poder de compra da administração pública instrumento integrado de desenvolvimento;
- b) incentivar a contratação de soluções inovadoras, a partir do uso eficaz dos instrumentos destinados à inovação previstos na legislação vigente;
- c) aprimorar a eficiência das contratações públicas;
- d) promover o uso de dados e informações como subsídio à tomada de decisão sobre contratações públicas;
- e) modernizar os sistemas de contratações públicas por meio da digitalização e da inovação tecnológica;
- f) estruturar política de capacitação, qualificação e formação contínua em contratações públicas para fornecedores e servidores públicos; e
- g) ampliar e fortalecer os canais e mecanismos de diálogo com o mercado, com vistas à ampliação do acesso às contratações públicas.

PRÓXIMOS PASSOS - DETALHAMENTO

2025 DEZ

2026 1ºSEM

PUBLICAÇÃO DO DECRETO DA ENCP

- Iniciativas/ações
- Entregas concretas
- Responsáveis
- Indicadores
- Metas

PLANO DE AÇÃO 2026

- Ações em curso e prioritárias;
- Entregas concretas para 2026;
- Sistematização dos resultados de contratações públicas.

INÍCIO DO GT INTERMINISTERIAL

- Governança para planejamento do Plano de Ação da ENCP;
- Articulação e integração entre políticas públicas.

ABERTURA DA CONSULTA PÚBLICA DO PLANO DE AÇÃO QUINQUENAL 2027-2031

- **Diretrizes e objetivos** da ENCP;
- **Regulamentações, instrumentos de gestão, e mecanismos de governança** sobre contratações públicas que garantirão a **efetividade** e a **continuidade** da política.

PLANO DE AÇÃO QUINQUENAL 2027-2031

PLANO DE MONITORAMENTO QUINQUENAL

PILOTO: VITRINE PARA ESTIMULAR ADEÇÃO DOS ENTES FEDERADOS

- Implementação de ações da estratégia em um estado e um município, em parceria com a indústria local.

A IMPORTÂNCIA DA PUBLICAÇÃO DE UM DECRETO SOBRE A ENCP



Orienta o **poder de compra do Estado** (aprox. 16% do PIB), fortalecendo as políticas de desenvolvimento



Atende à **demanda por regulamentações de dispositivos legais** que tratam do "uso de poder de compra do Estado", estabelecendo **bases legais** para regramentos infralegais



Cria instrumento de **coordenação e governança** entre as contratações públicas e as políticas, planos e programas de desenvolvimento nacionais



Permite a **análise integrada dos resultados do governo** na agenda de compras públicas



Define **instrumentos** de planejamento e gestão para viabilizar que contratações públicas sejam utilizadas de forma estratégica



Apresenta uma **referência conceitual e programática comum** para orientar o diálogo do MGI com outros atores estatais, do setor produtivo e da sociedade civil



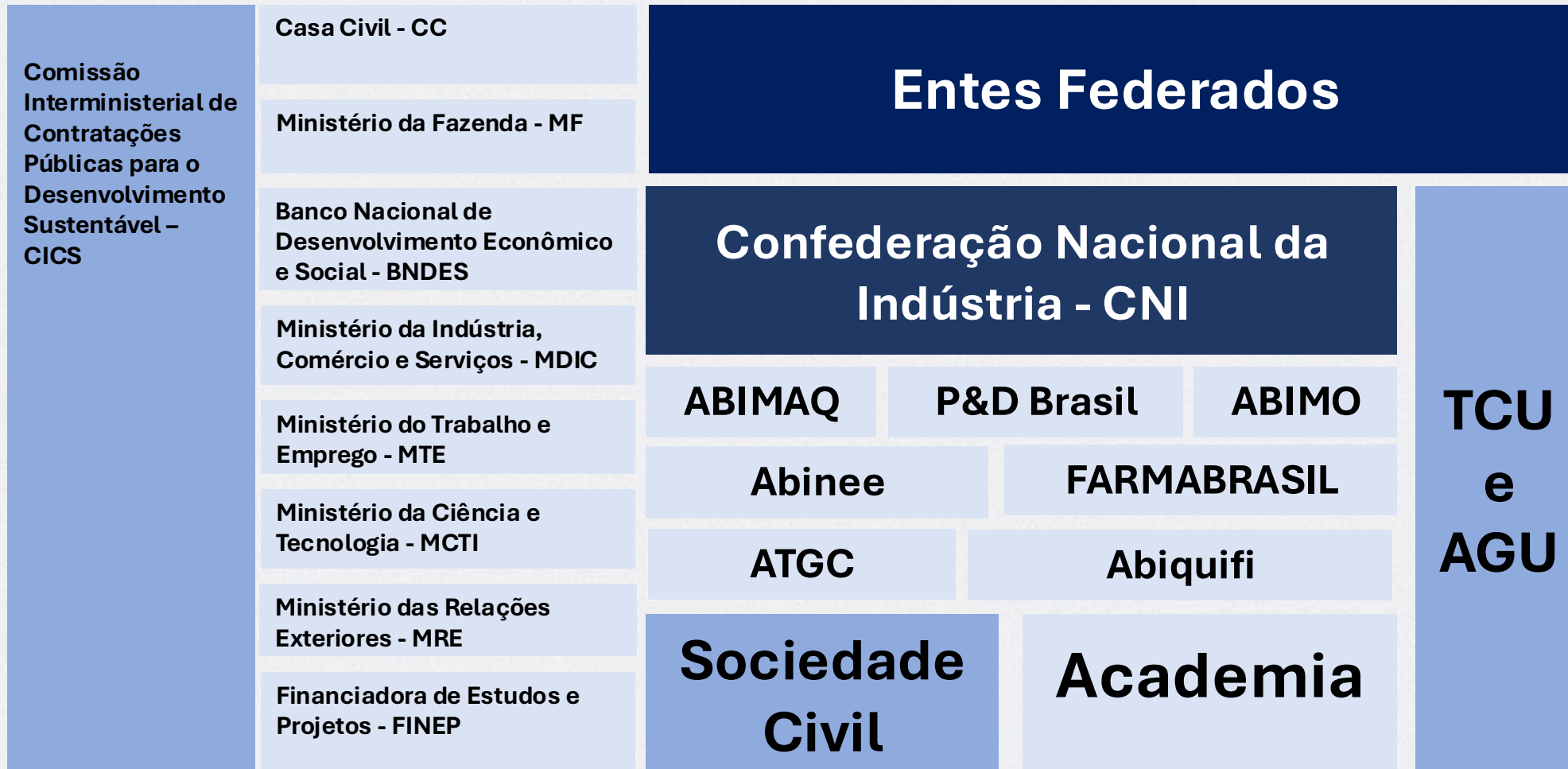
Formaliza a **possibilidade de adesão à ENCP por outros entes federativos**, empresas públicas e sociedades de economia mista, reforçando seu caráter nacional (e não apenas federal)



Valoriza e dá **legitimidade ao processo participativo** de construção da ENCP

QUEM APOIA

O Decreto reflete o diálogo com governo e sociedade civil



EN CP

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

